

**As praças de Campo Grande: um olhar na
memória e na educação patrimonial**

***The squares of Campo Grande: a glance over
the heritage and patrimonial education***

Maysa Faracco ¹

Arlinda Cantero Dorsa²

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e docente na Universidade Católica Dom Bosco.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e docente na Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa ainda parcial de mestrado, voltada à análise histórica e patrimonial das praças urbanísticas de Campo Grande-MS. Tem-se por objetivo geral levantar algumas questões sobre o papel do patrimônio cultural, da cultura, da memória enfatizando a educação patrimonial como base do desenvolvimento local. O procedimento metodológico seguido foi a revisão bibliográfica e os resultados obtidos, ainda que parciais, indicam que o desenvolvimento poderá acontecer se houver a presença do respeito, da alteridade, do pluralismo e da diversidade do conhecimento ou seja, a capacidade de aprender a preservar os lugares de memória e o patrimônio comum.

PALAVRAS-CHAVE

patrimônio
cultura
desenvolvimento local

ABSTRACT

This article is the result of master's degree research work, which is still in progress, geared to perform a historical and patrimonial analysis of the urban squares in the city of Campo Grande (MS State). Its general aim is to bring up some issues concerning the role of the cultural patrimony, of culture and heritage, emphasizing patrimonial education as basis for local development. The methodological procedure used was bibliographic revision and the results, yet partial, reveal that such development might take place if there is respect, alterity, pluralism and knowledge diversity, that is, the capacity of learning to preserve historical sites as well as the collective patrimony.

KEY-WORDS

*patrimony
culture
local development*

INTRODUÇÃO

As praças apresentam importante papel na promoção do desenvolvimento local, vez que são um ponto de referência para relações interpessoais, ampliando relações secundárias e reforçando relações primárias dentro de uma mesma comunidade.

Em um último enfoque as praças exercem ainda o papel de disseminar as manifestações e pensamentos sociais sendo utilizadas para manifestações político, social, religioso entre outros. Resumindo, pode-se dizer que a praça é o palco onde se apresentam os mais diversos eventos da vida urbana (ROCHA, 2008, p. 2).

Ao afirmar que praça é o palco onde se apresentam os mais diversos eventos da vida urbana, Rocha (2008), enfatiza que as praças possuem significados específicos no cenário urbano, seja como marco inicial de uma cidade, seja como local representativo histórico, seja por representar local representativo de homenagem a uma personalidade local ou nacional.

No movimento do *Ir e Vir*, a autora reforça que nas praças:

vêm à mente imagens de bancos, flores, árvores, pessoas conversando, descansando, passando, olhando o tempo que foi, que é, que virá. Algumas pessoas olham ensimesmadas na direção de um tempo que ficou em algum lugar do passado. Mas, na praça desfila também um mundo menos romântico: mendigos fazem dela sua cama; *hippies* tecem suas *bijouterias*; raizeiros apregoam e vendem suas poções mágicas; ambulantes expõem seus produtos; floristas vendem suas flores. A praça é, também, em alguns momentos, o templo de eventuais cultos religiosos, o púlpito de pregadores de promessas eternas e do fogo do inferno, o palco de malabaristas, o palanque de políticos. Pode ser ainda o lugar da degradação humana: jovens usando drogas, crianças cheirando cola, mendigos implorando por um pedaço de pão. (ROCHA, 2008, p. 2)

Este artigo é fruto ainda que parcial, da dissertação a ser desenvolvida no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local que trata da análise histórica e patrimonial das praças urbanísticas de Campo Grande-MS, no contexto do desenvolvimento local.

Neste artigo serão focalizadas duas praças, dentre elas a Praça Ary Coelho e a Praça do Rádio Clube em razão de que elas tiveram grande

repercussão histórica e foram o marco do desenvolvimento social por representarem as atividades culturais e sociais da população desde a época de sua inauguração até a contemporaneidade.

O objetivo é levantar algumas questões sobre o papel do patrimônio cultural, da cultura, da memória enfatizando o papel da educação patrimonial como base do desenvolvimento local, para a consecução dos objetivos traz uma breve reflexão teórica sobre os assuntos acima referendados.

1 A CULTURA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: BREVES REFLEXÕES

Definir cultura não é tarefa fácil, pois há diversas concepções de cultura, para a filosofia, cultura é a forma própria e específica da existência humana no mundo. No conceito humanista, a cultura é entendida como desenvolvimento multidimensional e harmonioso da pessoa ou da humanidade em geral. Segundo o conceito etnológico, cultura é o estilo de vida, o modo de viver típico, o ser, o fazer e o agir de determinado grupo humano de qualquer etnia.

A cultura na ótica da antropologia apresenta várias definições, pois os antropólogos se diferenciam em suas posições: há os que definem cultura como um sistema que padroniza o comportamento, as formas de organização econômica, política e social; há os que vêem a cultura como um fenômeno cognitivo, pois para esses estudiosos a cultura não é um fenômeno material, mas um sistema de conhecimento da realidade. E, por fim, para alguns antropólogos, cultura é um sistema simbólico de um grupo. Portanto, para eles, a cultura é apreendida por outro grupo por meio de interpretação.

DaMatta (1998), na sua visão de sociólogo e antropólogo, acredita que a cultura é um modo de *ser* e *fazer* as coisas, que acontecem no mundo. O conhecimento de saber *ser* e saber *fazer*, difere de sociedade para sociedade, e implica conhecimentos coletivos ou individuais.

Em outras palavras, cultura constitui um estilo, um modo, e um jeito específico de saber fazer as coisas. As realizações e transformações das coisas referenciam aquilo que existe e acontecem no mundo, como conhecimentos avaliativos, ideologicamente guiados pelos valores positivos e negativos dos grupos sociais.

Na tentativa de demonstrar questões acerca do Patrimônio Cultural vale em uma primeira análise destacar pontos primordiais no que tange a conceituação e significação da palavra.

A origem etimológica da palavra cultura, pode assim dizer que está ligada ao final do século XVIII a partir do termo germânico *Kultur*, utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo (BELTRÃO, 2002).

A abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural relaciona-se na conceituação de Bosi (1993) como todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência e na retomada da própria definição antropológica da cultura como tudo o que caracteriza uma população humana ou como o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social (SANTOS, 1999).

Por meio de uma busca histórica se tem ainda que a própria palavra patrimônio faz menção às questões de heranças paternas, ou seja, bens que são passados de pai para filho. Foi na época da Pós Revolução Francesa que surge a definição da herança social.

As práticas que foram adotadas por este Estado foram no intuito de proteger e resguardar o que era antigo e possuía cunho de valor nacional, representando assim a história daquela nação. Esse conjunto de bens foi o que designou a noção de patrimônio histórico e dentro desses conceitos “ importante observar que em sua acepção original, incluía não apenas os bens imóveis, mas também os bens móveis, tais como acervos de museus e documentos textuais” (TEIXEIRA *et al.*, 2004, p. 02).

Por meio de estudos históricos, de que se têm notícias, essa significação de Patrimônio Cultural pode muito bem associar-se a questões que revelam tanto o sagrado como também a noção de herança familiar. Diante a tantas questões de cunho valorativo diferenciado é que se chega a um denominador comum, do quanto é complexo a delimitação dessa significação, nem mesmo grandes pensadores, nem mesmo uma sociedade consegue obter de forma precisa o resultado desta equação.

Diante das questões apresentadas o homem cria a consciência de que a preservação da cultura e de seu patrimônio remonta sua história revelando a importância do seu papel no mundo e na sociedade, pois a “cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial” (ARANTES, 1984, p. 34)

As questões pertinentes ao patrimônio quando se direcionam a um determinado grupo social “traduzem a noção de um projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação moderno” (FONSECA, 1997, p. 54-59).

Nesse cenário, observa-se que desde pequenos objetos históricos como inclusive determinadas construções, casarões, praças e cidades necessitavam ser resguardados por se tratar de um bem comum a todos e de interesse geral ficando assim o Estado nacional com a responsabilidade dessa tutela legal pois a “noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos” (FONSECA, 1997, 54-59).

Barzun (2002, p. 14-5) denuncia a saturação conceitual do uso da palavra cultura:

Cultura – que palavra! Até alguns anos atrás, significava duas ou três coisas aparentadas, fáceis de apreender e manter separadas. Hoje, é uma peça do jargão para todos os fins, cobrindo uma mistura heteróclita de coisas que se sobrepõem. [...] No fundo da pilha, “cultura” significando a mente bem provida, sobrevive à duras penas.

Devido à abrangência conceitual é que se verifica a mutação e a importância da carga genética que essa palavra nos revela uma vez que o Patrimônio Cultural traduz uma hereditariedade dos povos que compõem uma sociedade, desvendando todo seu valor espiritual, moral, étnico e cultural tem-se assim a obrigatoriedade de que no processo de evolução, ou seja, na contemporaneidade os valores do passado não se extraiem na modernidade.

Foi no século XVIII que o pensamento de preservação do patrimônio ganhou forças. Essa luta traduz a memória de uma sociedade surtindo reflexos e despertando uma maior conscientização por meio do sentimento de pertença de um grupo social.

Nessa ótica ainda que com a evolução dos tempos e o crescimento acelerado das cidades trazendo grandes e modernas construções é que deve estar alerta para que o passado não seja apagado, quer seja pelo interesse econômico em destruir o que é velho para levantar algo novo quer seja pela falta de preservação ou mesmo restauração da história.

Segundo Santos (2001, p. 2) a abertura conceitual e a crescente abrangência da definição de cultura e patrimônio cultural não foram acompanhadas, no Brasil, por uma reflexão sobre as formas de proteção e de gestão do patrimônio. Sobre isso afirma que:

A negação da história e da memória em favor de uma suposta modernidade condenou irremediavelmente as malhas urbanas tradicionais, as construções históricas oficiais, os marcos e as referências das cidades, os conjuntos singelos de casario, a arquitetura vernacular e a arquitetura modernista, os bairros e as sedes rurais, as capelas, os chafarizes, os sítios arqueológicos, as paisagens, as estações de estrada de ferro, os cinemas, as praças e, com eles, (contando com o crescimento dos meios de comunicação de massa) as festas, as tradições, enfim, a alma das comunidades. Se é verdade que a cidade não é feita de pedras, mas sim de homens (Marcilio Ficino apud Argan, 1992:223), também é verdade que as lembranças se apóiam nas pedras da cidade (Bosi, 1979), e não é por outra razão que os homens, ao longo dos séculos, têm lhes atribuído valor e trabalhado para que permaneçam (ou desapareçam) enquanto expressões da memória coletiva, de uma identidade compartilhada.

2 OS FIOS DA MEMÓRIA E AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE

A Memória, no sentido primeiro da expressão, assume segundo Moreira (2008) a presença do passado, pois é uma construção psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, de um indivíduo que traz seu contexto familiar, social, nacional.

Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente e sobre este assunto Teles (2001, p. 2) traz a seguinte afirmação:

Ao recorrermos à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O

narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. (TELES, 2001, p. 2)

Na medida em que tais realizações e transformações adquirem um grau maior de complexidade, os grupos sociais se tornam, também, progressivamente mais complexos. É nessa contextualização que os conhecimentos ideológicos se constroem na sociedade, para representar e conceber o mundo, constituindo, assim, *uma memória coletiva*.

Ao se referenciar duas praças da capital do estado do MS, cabe à *memória social* orientar esse *ser-fazer*. Essa *memória social* constitui o conjunto de conhecimentos, no que concerne ao tempo vivido, lembrado e memorizado socialmente, que é popularmente chamado de *tradição* ou de *cultura*.

A cidade de Campo Grande possui cerca de 40 praças pelos diversos bairros e centro, dentre as praças selecionadas pela pesquisadora foram escolhidas: a praça Ary Coelho e a Praça da República.



Praça Ary Coelho.



Praça da República.

Fonte: <http://www.google.com.br>

Localizada na área central da cidade, a praça Ary Coelho foi inicialmente o primeiro cemitério do arraial de Santo Antonio e somente em 1909, com o novo traçado da cidade tornou-se praça.

Recebeu, inicialmente, o nome de Praça 2 de Novembro em 1913 e em 1915 passa a ser denominada Praça Municipal ou Jardim. Na década de 20 é cognominada de Praça da Independência e nos

anos 30, Praça da Liberdade. Algumas modificações em seu interior ocorreram respectivamente:

- Em 1922 – a construção do coreto e da pérgula.
- Em 1957 – demolição do coreto para construção da fonte luminosa e funcionamento da biblioteca municipal.
- A partir de 1957 recebe o nome de Ary Coelho, uma homenagem ao prefeito de Campo Grande, assassinado em 1952 em Cuiabá.

A inauguração da fonte trouxe aos campograndenses, um atrativo especial e tornou-se um grande acontecimento na cidade.

Le Goff, apesar de rejeitar qualquer messianismo histórico, defende uma finalidade libertária para a memória:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p. 477)

Nesse contexto, a memória coletiva é responsável por ligar os fios da memória procurando garantir as lembranças efetivas tanto no seu aspecto histórico como também naqueles que vivenciaram no passado lembranças que ficaram efetivadas em sua memória.

Ansart distingue quatro atitudes possíveis atravessando ao mesmo tempo a memória individual e as memórias coletivas: a tentação do esquecimento, a tentação da repetição, a tentação da revisão e, enfim, a tentação da intensificação da memória dos ressentimentos (ANSART, 2004, p. 15-34).

Trazer à tona a memória histórica das praças, reforça o pensamento da memória coletiva não vista como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados e sim de resgatar por meio da memória os referenciais que marcaram a história de uma população.

Representa esse referencial, a praça da República, conhecida como Praça do Rádio Clube. Foi inaugurada em 1962 em uma área que inicialmente foi cedida à Diocese de Campo Grande para construção de uma igreja. Em 1961, a Prefeitura e a Diocese efetivaram uma permuta de áreas e a praça pôde ser construída. Em 1977, com a divisão do Estado passa a ser denominada Praça Presidente Ernesto Geisel numa homenagem à criação do novo estado.

Em 1997, recebe o nome de Praça do Rádio Clube em homenagem ao primeiro clube social da cidade situado em frente à praça. Ao longo do tempo, várias estátuas e monumentos foram erguidos no local, uma homenageando Vespasiano Martins, grande ativista da luta pela divisão do estado de Mato Grosso. Em 1979, ergueu-se um monumento para a comemoração dos 70 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses, em 1980 instalou-se o Espaço Monumento Infinito numa doação do artista plástico Yataka Toyota.

Em 2000, a referida praça foi revitalizada recebendo não só um paisagismo moderno como também um palco, quiosque de arte e um novo parque infantil.

Nesse contexto, a memória se apóia na construção de referenciais de diferentes grupos sociais sobre o passado e o presente, respaldados nas tradições e ligados a mudanças culturais (FREITAS; BRAGA, 2006).

Ao trazer-se à tona na memória, o papel das praças na vida da população, percebe-se que ela está presente em nós como também é exterior a nós. Guardamos na memória vários objetos que nos fazem lembrar de maneiras diversas, a praça traz às pessoas a lembrança de momentos felizes ainda que muitas vezes estejam perdidos na memória.

É por meio da reconstrução e transmissão dos códigos simbólicos que segundo FROEHLICH *et al.*, (2009), os sujeitos mantêm vínculos com o passado e, conseqüentemente, essa relação passado-presente que permeia a memória coletiva fornece elementos de identificação e reconhecimento dos indivíduos como iguais e distintos diante da alteridade.

A nossa memória coletiva, modelada pelo passar do tempo não é mais do que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante. (SILVA, 2008, p. 02)

Esse passado reconstruído e recriado no presente pela memória coletiva exprime um sentido de identidade, de pertença e de segurança da continuidade temporal aos indivíduos.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL? UMA QUESTÃO INQUIETANTE

A conscientização dos órgãos públicos no país já se faz presente, dentre os diversos, podemos destacar o IPHAN e UNESCO que realizam constantes ações no sentido de elaborar leis e projetos educativos na busca da conscientização da importância do Patrimônio Histórico Cultural, iniciando no âmbito escolar e estendendo-se com o exercício da cidadania.

Podemos assim citar, o Guia Básico de Educação Patrimonial, no qual o IPHAN se preocupou em demonstrar todas as questões teóricas que abrangem o tema dentre elas, até mesmo a elaboração de referências bibliográficas, que podem facilitar na orientação facilitando assim a “Educação” da sociedade como um todo nas questões pertinentes o Patrimônio Cultural, auxiliando para sua preservação.

A maior preocupação destes órgãos é no sentido de deixar claro a questão do que seja Educação Patrimonial, sobre esse assunto, essas discussões iniciaram no Brasil em 1983 no 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

O princípio básico da Educação Patrimonial segundo Horta *et al.* (1999), norteia-se da seguinte forma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06)

A criação da Unesco, um dos órgãos responsáveis por promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, também contribuiu para a política de conscientização, deixando claro através de estudos que depende não só do conhecimento como também de uma educação voltada à compreensão

e valorização da diversidade para que a chamada preservação represente uma realidade nos países.

No Brasil, os fins estatais de preservação do patrimônio cultural são expressos, ainda, na Constituição Federal e legislação ordinária. O regime constitucional do Patrimônio Cultural estende-se por diversos artigos em que fica demonstrada a preocupação do constituinte em garantir a proteção desse bem jurídico social.

A definição oficial de patrimônio cultural consta da Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 216 quando afirma que constituem os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I as formas de expressão,

II os modos de criar, fazer e viver;

III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade e:

sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado. É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. (SILVA, 2004, p. 2)

A palavra Educação Patrimonial torna-se cada vez mais um campo propício ao desenvolvimento do conceito de Patrimônio Cultural e pelo conhecimento no Brasil, ela ainda se encontra restrita a projetos isolados que quase nunca se transformam em programas continuados de educação. É importante considerar que a Educação Patrimonial contribui muito na formação de professores e estudantes, tornando esses sujeitos ativos e conscientes, tornando-os atentos com seu entorno, “no mundo e com o mundo” e exercendo de fato sua cidadania (MORAES, 2005, p. 13).

Pode ser feita por meio do trabalho voltado à: exploração do meio ambiente histórico, definição do conceito de “meio ambiente histórico”, levantamento dos remanescentes do passado, das “referências da memória”; dos bens “consagrados” e “não-consagrados”, o que é o processo de “tombamento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesse artigo, levantar algumas questões sobre o papel do patrimônio cultural, da cultura, da memória enfatizando o papel da educação patrimonial como base do desenvolvimento local.

Nesse sentido, verificou-se por meio da pesquisa bibliográfica elaborada que há relevância no papel da educação em todo esse processo uma vez que até mesmo os órgãos com o IPHAN, a UNESCO tem se desdobrado no sentido de conscientizar e promover a cidadania e a consciência cultural através da educação.

Diante dos diversos artigos científicos pesquisados nesse mesmo sentido, é unânime a necessidade de divulgação da educação patrimonial, pois, este é o instrumento mais eficaz capaz de atingir o conhecimento crítico da sociedade com relação ao seu Patrimônio Cultural.

É necessário reforçar a idéia de conservação e preservação das praças como forma de resguardar seu patrimônio cultural, quer seja material ou imaterial, garantindo a proteção histórica da sociedade e fortalecendo seu sentimento de pertencimento, refletindo conseqüentemente na promoção social com o fortalecimento do desenvolvimento local.

Ainda que o mundo moderno apresente novas formas de valorização do patrimônio cultural e natural, há necessidade de se potencializar

recursos naturais, sociais e culturais para que se crie uma mentalidade na população de respeito e preservação do patrimônio.

Frente a todos os pontos abordados no que tange à preservação do patrimônio cultural, embora exista uma preocupação por parte da administração pública com a criação de órgãos e a elaboração de preceitos normativos que auxiliem nesse processo, essas forças são ainda insuficientes se não for atingido o cerne da questão, ou seja, educação de jovens, pais e professores componentes de uma sociedade em geral.

Os resultados obtidos ainda que inconclusos, indicam que o desenvolvimento poderá acontecer se houver a presença do respeito, da alteridade, do pluralismo e da diversidade do conhecimento, ou seja, a capacidade de aprender a preservar os lugares de memória e o patrimônio comum.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G. C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

BARZÚN, Jacques. *Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BELTRÃO A. R. *Patrimônio cultural: novas fronteiras*, 202. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/artigo_3.pdf>

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1999 a.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

FROELICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R.; MACIEL, C. A. R. da; DULLIUS P. R. *Narrando territorialidade: identidade territorial da quarta colônia – RS*, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/818.pdf>>.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

FREITAS F. J. de.; BRAGA, P. L. A. M. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. *Revista Histórica*. 13 de agosto de

2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao13/materia03/>>.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira *et al.* *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

MORAES, Allana Pessanha. *Educação patrimonial: uma proposta curricular*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *História e memória: algumas observações*, 2008. Disponível em: <http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf>.

ROCHA, Lurdes Bertol. *Praças do centro da cidade de itabuna: aspectos histórico-geográficos, significado e funções* 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_l/lurdes_bertol_rocha.pdf>.

SANTOS Cecília Rodrigues. *Novas fronteiras e novos pactos para patrimônio cultural*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001 .

SILVA, Elsa Peralta da. *Patrimônio e identidade*. Os desafios do turismo cultural 2004. Disponível em: <<http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm>>.

TEIXEIRA, Simonne; MORAES, Allana *et al.* *Educación Patrimonial: aprendiendo a conocer el Patrimonio Cultural*. In: PRIMERAS JORNADAS DEL MERCOSUR y SEGUNDAS BONARENSES SOBRE PATRIMONIO CULTURAL Y VIDA COTIDIANA. Novembro/2004. La Plata – Argentina. *Anais...* (Texto publicado integralmente em CD-Rom, ISBN 987-21148-6-2).

TELES, Edson Luis de Almeida. *Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos*. *Revista Urutágua*, Maringá, Ano I, n. 03, Dezembro de 2001. Quadrimestral. ISSN 1519.6178. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/03teles.htm>>.